



# INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE

Relatório da Atividade Municipal

nov \_ dez 2013 | jan \_ fev 2014

## ÍNDICE

---

|   |    |
|---|----|
| ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014 .....                               | 3  |
| CONSELHO ESTRATÉGICO EMPRESARIAL .....  | 4  |
| CONSELHO ESTRATÉGICO AMBIENTAL .....  | 5  |
| APOSTA NAS POLÍTICAS SOCIAIS .....  | 7  |
| AUGIS SÃO PRIORIDADE .....  | 8  |
| APOIO AO COMÉRCIO LOCAL .....   | 9  |
| PRESIDÊNCIA ABERTA .....  | 10 |
| REUNIÕES COM AS JUNTAS DE FREGUESIA<br>DO CONCELHO .....                      | 13 |
| ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL<br>DE SINTRA .....                     | 13 |
| REORGANIZAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL<br>DO MUNICÍPIO .....                      | 14 |
| MANTER AS 35 HORAS NA CÂMARA MUNICIPAL<br>DE SINTRA .....                     | 17 |
| ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO<br>CIDADES PATRIMÓNIO MUNDIAL ..... | 18 |
| REFORÇAR A IMAGEM INTERNACIONAL<br>DE SINTRA .....                            | 19 |
| HOTEL NETTO .....   | 20 |
| HPEM E TRATOLIXO .....  | 21 |
| LOJAS DO CIDADÃO .....  | 22 |
| ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) .....                                       | 23 |
| DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA .....                       | 24 |

## **ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA 2014**

---

O Orçamento e Plano de Atividades de 2014 foi um dos primeiros grandes desafios com que fomos confrontados no atual mandato. Era preciso, já neste orçamento, dar sinais de uma nova estratégia para concretizar novas prioridades.

Apesar de só termos tomado posse no dia 23 de outubro de 2013, conseguimos, em menos de dois meses, apresentar um orçamento e um plano de atividades que respeitava os nossos compromissos eleitorais. O desígnio que traçámos de mudança exigiu grande dedicação e esforço de todos os que estiveram envolvidos na concretização deste documento estruturante para o município sintrense.

Em Sintra somos confrontados, em 2014, com uma redução do nosso orçamento na ordem dos 10%, resultado de um novo ajustamento ao nível da receita efetiva esperada, e tendo em conta os cortes orçamentais previstos nas transferências do Estado. As previsões para impostos diretos foram igualmente revistas em baixa, nomeadamente em termos do IMI.

Desde o primeiro momento que optámos por valorizar e fortalecer o serviço público, tendo conseguido, com a redução de avenças e prestação de serviços na Câmara Municipal e nos SMAS, diminuir em 13% as despesas de funcionamento. Recusámos aumentar impostos municipais e optámos por aumentar para mais do dobro as verbas alocadas à solidariedade social.

O esforço que realizámos na contenção de despesa corrente é o resultado das orientações estratégicas a todas as unidades orgânicas, assim como ao universo empresarial autárquico deste município. Garantimos, desta forma, um orçamento sólido em termos de controlo da execução, do prazo médio de pagamentos, com respeito da Lei dos Compromissos e Atrasos.

Seguimos este caminho porque temos o dever e a obrigação de desenvolver políticas, no limite das nossas competências e capacidades, que promovam a solidariedade, protejam o ambiente e garantam o bem-estar dos munícipes.

## **CONSELHO ESTRATÉGICO EMPRESARIAL**

---

Outra das promessas eleitorais cumpridas foi a criação do Conselho Estratégico Empresarial.

Tenho a profunda convicção de que as autarquias portuguesas têm um relevante papel de aliadas do desenvolvimento económico nas suas regiões, e de amortecedor das medidas mais gravosas junto das populações mais frágeis.

Este desígnio só pode ser alcançado essencialmente através do investimento privado, uma vez que o público, carente de meios, só poderá dar um frágil contributo.

O município tem de acompanhar de perto as empresas sediadas em Sintra, bem como criar um ambiente propício à atração de novo investimento gerador de emprego e de bens transacionáveis.

A constituição do Conselho Estratégico Empresarial - coordenado pelo conhecido e respeitado empresário João Talone, por empresas do setor agrícola, comercial e serviços, por representantes da CGTP e UGT e com o apoio do Gabinete de Apoio ao Investidor - é um dos instrumentos para a criação de emprego e para o desenvolvimento económico do concelho.

A primeira reunião do Conselho Estratégia Empresarial realizou-se a 5 de fevereiro. A 20 de fevereiro, o conselho voltou a reunir, e recebeu o ministro da Economia, António Pires de Lima. A reunião abordou questões centrais de âmbito nacional e regional, vitais para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Um dos temas mais abordados foi a “injustiça”, segundo vários empresários presentes, de Sintra não se poder candidatar a apoios comunitários (QREN) para o concelho.

O ministro admitiu que este é um “problema” que tem que ser encarado e que, apesar de não ser a sua área, que estava sensível ao problema.

## **CONSELHO ESTRATÉGICO AMBIENTAL**

---

Outro compromisso eleitoral que assumimos foi o de desenvolver políticas que contribuam para um ambiente sustentável, virado para as pessoas, garantindo um território ordenado, com crescimento e emprego.

Para isso é essencial criar as ferramentas para agilização de um estreito contacto entre o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e o Município de Sintra, no domínio do ambiente, do ordenamento do território e da conservação da natureza, com vista à discussão e partilha de informação relativamente a iniciativas e intervenções que careçam da respetiva intervenção conjunta ou concomitante, especialmente em territórios considerados Património da Humanidade, como é o caso da paisagem cultural de Sintra. Foi por isso que anunciámos a criação do Conselho Estratégico Ambiental, que integra departamentos que atuam neste setor a nível local em conjunto com as entidades governamentais decisórias nestas matérias.

Foi a 23 de fevereiro que o ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, esteve presente nos Paços do Concelho, na Vila de Sintra, para assinar um protocolo pioneiro em Portugal que visa a constituição de um Conselho Estratégico Ambiental (CEAS) em Sintra, presidido por Nunes Correia, ex ministro do Ambiente.

O objetivo deste Conselho Estratégico é de garantir a cooperação de várias entidades que têm competência sobre matérias ambientais, desde a orla costeira, o ordenamento do território, a requalificação urbana e tratamento do lixo.

Esta nova estrutura permitirá uma maior articulação na apreciação de projetos entre o município e administração central, com o objetivo de acelerar os processos de licenciamento.

A constituição do CEAS é muito importante pois permite a abertura de um diálogo permanente entre todas as entidades que gerem o território.

O CEAS vai tratar de aspetos muito importantes e essenciais para o desenvolvimento do concelho de Sintra, como a necessidade de requalificação da zona costeira, onde há muito por fazer, a necessidade de resolver o problema das AUGI [Áreas Urbanas de Génese Ilegal] ou a reabilitação urbana do centro histórico e alteração ao PDM.

Este organismo junta entidades do Ministério do Ambiente (ICNF, Agência Portuguesa do Ambiente, IHRU, Parque Natural Sintra-Cascais, CCDRLVT) e da Câmara Municipal de Sintra (Divisão de Ambiente, SMAS, HPEM – Recolha de lixo, Conselho Estratégico Empresarial, Departamento de Solidariedade e Inovação Social).

## **APOSTA NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

---

Uma das consequências de uma economia fraca e sem dinamismo é prejudicar, gravemente, as políticas de solidariedade social.

A política de solidariedade social que defendo não é feita de esmolas ou de subsídios à pobreza que quanto muito mitigam, sem resolver, a situação de fragilidade social em que os destinatários se encontram.

Assim, uma política social sustentada deve assentar na criação de emprego e na adoção de políticas ativas de emprego.

Desta forma, não só se garante um adequado poder de compra dos cidadãos, como se lhes confere dignidade cívica.

Consideramos mesmo que o Estado Social que a nossa Constituição expressamente prevê é um complemento implícito no próprio conceito de Estado de Direito.

Neste quadro, o orçamento para 2014 prevê um aumento superior a um milhão de euros destinado à ação social. O Fundo de Emergência Social terá uma dotação de cerca de 700 mil euros e o apoio à ação institucional (IPSS, paróquias, etc), prevê uma verba superior a 2 milhões de euros.

O setor da saúde é igualmente uma prioridade pois o bem-estar e a segurança dos munícipes em muito dependem de cuidados de saúde próximos e eficazes.

A Câmara prevê a assinatura de um protocolo com o Ministério da Saúde tendente à abertura de cinco centros de saúde no concelho, cujas despesas de investimento serão suportadas 70% pelo Governo e 30% pela Câmara. Assim, encontra-se prevista a abertura de novos Centros de Saúde em Almargem do Bispo, Algueirão-Mem Martins, Queluz, Agualva e em Sintra.

## **AUGI SÃO PRIORIDADE**

---

Considero que, em pleno século XXI, na área urbana de Lisboa, a existência de mais de 100 AUGI no nosso concelho é uma nódoa, que temos de limpar com a maior brevidade.

Desta situação decorrem dois efeitos perversos – as condições de vida da maioria das pessoas que aí habita e a imagem negativa que é dada do próprio concelho.

Foi a pensar nas 1540 pessoas que não têm acesso a água e nas 2460 pessoas sem acesso a rede de esgotos que, na reestruturação dos serviços da Câmara, se criou um departamento específico para as AUGI e se deram instruções aos SMAS para abastecer de água e garantir o saneamento das zonas urbanas não legalizadas.

## **APOIO AO COMÉRCIO LOCAL**

---

A Câmara Municipal de Sintra está empenhada, na sua área de jurisdição, em concretizar medidas que apoiem o comércio local.

Para além das medidas já tomadas, teremos particular cuidado na análise da instalação de grandes superfícies por forma a salvaguardar sempre os legítimos interesses do pequeno comércio local.

Em novembro, apresentámos uma proposta para isentar os comerciantes do pagamento de taxa de ocupação do espaço público de anúncios luminosos.

A proposta pretendeu servir de apoio ao comércio local e foi destinada a todos os comerciantes que possuam nas suas fachadas anúncios luminosos, com excepção de bancos, seguros e grandes superfícies comerciais.

Na mesma reunião de câmara, foi também aprovada a proposta de isenção do pagamento da derrama a pequenas e médias empresas que apresentem um volume de negócios inferior ou igual a 150 mil euros.

## **PRESIDÊNCIA ABERTA**

---

Considero que é minha obrigação desenvolver um mandato de proximidade aos problemas das pessoas que trabalham e vivem no concelho de Sintra. Daqui decorre ter adotado um sistema de “Presidência Aberta” com periodicidade mensal e que terá lugar ao longo de 11 meses nas 11 freguesias do concelho.

O concelho de Sintra tem 4% da população total nacional, 13% dos habitantes de toda a Área Metropolitana de Lisboa e 20% da população total dos 8 municípios do setor Norte da AML, incluindo o município de Lisboa.

Nos 317 km<sup>2</sup> do concelho de Sintra vivem cerca de 380 mil habitantes sendo, logo após Lisboa, o segundo município mais populoso de Portugal.

A população do concelho e a sua dimensão implicam um reforço redobrado para desenvolver um mandato de proximidade mantendo um contacto direto com as realidades das comunidades locais.

O final de 2013 foi o momento para preparar a primeira “Presidência Aberta”, que teve lugar a 10 de janeiro, na freguesia de Colares.

O primeiro objetivo desta iniciativa é anunciar quando e como problemas concretos da freguesia vão ser resolvidos, sendo certo que alguns são resolvidos durante a própria visita.

A "Presidência Aberta" é antecedida da consulta dos vereadores, com pelouros, e do respetivo presidente da Junta de Freguesia, de forma a serem reportados problemas e situações que carecem de resolução.

Após esta consulta é realizada uma reunião entre a vereação e os colaboradores da autarquia responsáveis pela decisão sobre as questões apuradas, por forma a proceder-se a uma avaliação e definição dos processos a resolver.

Com efeito, cada "Presidência Aberta" é uma verdadeira visita de trabalho em que cada responsável, com a sua área específica de atuação, reporta diretamente às populações e eleitos locais quando e como cada problema vai ser resolvido.

Durante janeiro e fevereiro de 2014 foi o momento de realizar este ciclo nas freguesias de Queluz/Belas e São João das Lampas/Terrugem, respetivamente.

Em Queluz/Belas foi a oportunidade de anunciar as obras de requalificação da Estrada Nacional 117, que liga Queluz a Belas, bem como o futuro centro de Saúde de Queluz.

No primeiro semestre de 2014 será cumprido o projeto de execução da EN117, numa empreitada que ronda os 1,2 milhões de euros. O projeto vai permitir melhorar as condições de tráfego e de segurança rodoviária naquela zona onde circulam diariamente milhares de automóveis. Estão

previstos, além do reperfilamento da estrada, a inserção de passeios e de uma ciclovia.

Tivemos ainda oportunidade de visitar o futuro centro de saúde de Queluz, obra que visa retirar este equipamento de saúde de um prédio de habitação, que não apresenta condições de acesso aos utentes, e que custará mais de 1 milhões de euros.

O novo Centro de Saúde de Queluz, que será instalado numa antiga escola primária, deverá estar concluído ainda este ano ou princípio de 2015.

Em São João das Lampas foram anunciados a resolução de problemas que afetam as populações locais, como a pavimentação da estrada junto ao novo Espaço Multiusos onde se realiza a feira semanal, bem como do acesso à Praia da Samarra.

Estivemos também na AUGI Aldeia dos Macacos, cujo processo de legalização está praticamente concluído, na Quinta dos Bons Cheiros (hotel que pretende aumentar o número de quartos) e nas instalações de uma das maiores empresas do concelho, a Alualpha, que também pretende aumentar a capacidade de produção através da construção de um novo armazém.

A terceira Presidência Aberta encerrou com uma reunião com mais de três dezenas de associações e instituições locais.

## **REUNIÕES COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO**

---

Considero que o trabalho sistemático e solidário com as juntas de freguesia é condição para garantir a coesão do município. Neste sentido, decidi realizar periodicamente reuniões, com todas as juntas de freguesia, para a coordenação da estratégia de desenvolvimento económico e social do concelho.

As duas reuniões que decorreram até ao momento, foram precedidas de uma agenda que identifica as prioridades de cada freguesia e das soluções para as enquadrar e concretizar.

## **ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**

---

Ainda em 2013 apresentámos e foi aprovada na Assembleia Municipal de Sintra, no dia 27 de dezembro, a nova estrutura orgânica do município que acabou com 13 cargos de chefia, reduzindo dos atuais 63 para 50.

A necessidade de contenção das despesas de funcionamento da estrutura municipal, sem nunca colocar em causa uma maior eficácia e flexibilidade dos serviços, foi o pilar desta nova estrutura.

A proposta, que passou pela extinção e fusão de departamentos e divisões, bem como pela desburocratização e agilização de serviços, cria uma Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território (DM-APG), que engloba todos os serviços e divisões anteriormente

integradas no Departamento de Obras Municipais (DOM) e na Direção de Ambiente. Igualmente é criado um Departamento de Segurança e Emergência (DSE) integrado nesta Direção Municipal, da qual passaram a fazer parte a Divisão de Trânsito e Mobilidade Urbana (DTMU) e o Serviço de Iluminação Pública e Eficiência Energética (SIEE).

Desta forma, obteve-se uma coordenação eficaz entre vários serviços que na anterior estrutura se encontravam espalhados por vários departamentos sem coordenação setorial.

Como se disse foi criado um Departamento de AUGI que se autonomiza do anterior Departamento de Urbanismo. Noutros setores optou-se pela criação de gabinetes como é exemplo o Gabinete Jurídico e de Notariado, que se justifica pela natureza específica das respetivas competências

## **REORGANIZAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL DO MUNICÍPIO**

---

A reorganização do Setor Empresarial do Município foi um dos maiores desafios que tivemos no final de 2013. A situação que vivíamos em Sintra era insustentável.

O setor empresarial do município de Sintra, as empresas municipais EDUCA, HPEM e SintraQuorum, que por não cumprirem os rácios de solvabilidade financeira a que se refere a Lei nº50/2012, de 31 de agosto, tinham obrigatoriamente, e à luz da referida Lei, de ser objeto de extinção.

Quando assumimos o atual mandato fomos confrontados com a proposta do anterior executivo de criação de uma empresa única local, designada por “Sintra Património Mundial” que integrava todas as empresas municipais existentes, com exclusão dos SMAS.

Esta solução apresentava, desde logo, graves dificuldades de concretização, algo inevitável quando se concentra, numa única empresa local, matérias tão diversas como a promoção cultural, gestão de equipamento, recolha de resíduos sólidos, ação social escolar, manutenção e gestão de escolas, sem qualquer coerência ou consistência, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade financeira.

Esta realidade foi confirmada quando o Tribunal de Contas acabou por suscitar dúvidas, aquando da submissão da constituição da referida empresa a visto prévio. Ficou claro que estávamos perante uma proposta sem qualquer viabilidade pois a nova empresa não gerava receitas suficientes para cobrir 50% das suas despesas.

A situação ganhou ainda maior gravidade quando o Tribunal de Contas veio suscitar graves e incontornáveis dificuldades à concessão de vistos aos contratos programas, relativos às referidas Empresas Municipais, o que colocava, a muito curto prazo, grandes dificuldades ao financiamento corrente das referidas empresas.

Estava em causa o posto de trabalho de mais de meio milhar de trabalhadores e a prestação de serviços públicos absolutamente fundamentais.

A complexidade do problema, o pouco tempo para o resolver e as graves consequências que poderiam resultar de não encarar esta questão como

absolutamente prioritária exigiram grande dedicação durante o final de 2013, que acabou por culminar na aprovação, a 21 de fevereiro, da reestruturação de setor empresarial local com 10 votos a favor e uma abstenção, o que é demonstrativo do grande consenso que a proposta mereceu.

Sempre defendi a natureza pública da prestação dos serviços que estava em causa. Desde o início ficou claro que isso só seria possível num quadro de internalização das referidas atividades, ou seja, com a prossecução das referidas atribuições, diretamente pelos serviços municipais e municipalizados.

O trabalho que foi desenvolvido nesta matéria nos últimos dois meses de 2013 foi essencial para preparar a maior reforma levada a efeito até hoje no universo municipal. Esta reorganização prevê a dissolução da empresa Municipal EDUCA, com a conseqüente internalização nos serviços municipais de todas as atividades que integram o seu respetivo objecto estatutário. Prevê ainda a dissolução da HPEM, com internalização no município da atividade de limpeza urbana, e integração das restantes atividades nos SMAS. A reorganização do setor empresarial local visa também a transformação da empresa SintraQuorum, envolvendo a internalização da atividade de gestão, manutenção e exploração do Complexo Museológico de São Miguel de Odrinhas e a integração da Regaleira e do antigo Casino. Desta forma, a SintraQuorum, não só é uma empresa coerente nas atividades que desenvolve, como respeita o imperativo legal de garantir pelo menos 50% da sua despesa corrente com receitas da sua atividade.

O executivo da Câmara de Sintra aprovou, a 20 de janeiro, a reorganização do setor empresarial local do município de Sintra com dez votos favoráveis e uma abstenção.

A Assembleia Municipal confirmou, a 28 de fevereiro, esta decisão quando aprovou esta reforma com os votos favoráveis de todas as forças políticas à excepção da CDU.

Para finalizar, registo e reconheço todo o trabalho e dedicação desenvolvidos pelos serviços da Câmara diretamente responsáveis, e também o papel inestimável desempenhado pelos trabalhadores que subscreveram, na sua grande maioria, os acordos de integração, demonstrando maturidade cívica e apego aos valores do serviço público.

### **MANTER AS 35 HORAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**

---

Ainda em 2013, a Câmara Municipal de Sintra iniciou o processo para aplicar as 35 horas semanais de trabalho, em vez das 40 horas que o Governo quer estabelecer para a função pública.

Com efeito, sempre defendi que a produtividade do trabalho não depende do número de horas, mas sim da organização dos serviços e do ambiente criado por uma política que respeite a adequação do tempo de trabalho ao tempo de vida, ou seja, às necessidades familiares e pessoais dos trabalhadores.

Acresce que, caso a aplicação das 40 horas fosse adotada causaria graves prejuízos nas empresas municipais que trabalham por turnos.

Para garantir desde logo a aplicação das 35 horas assinámos um Acordo Coletivo de Trabalho com a FESAP que, para além do tempo de trabalho, regula o banco de horas e a adaptabilidade das relações laborais.

## **ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO CIDADES PATRIMÓNIO MUNDIAL**

---

Foi a 23 de novembro que o XII Congresso da Organização das Cidades do Património Mundial (OCPM), que teve lugar na cidade de Oxaca, México, me elegeram para a presidência da organização entre 2013 e 2015.

Com esta decisão, de grande projeção para Sintra, vamos garantir que o nosso concelho vai influenciar as decisões da organização no que respeita a Sintra e aos demais concelhos portugueses que o integram.

O estabelecimento de parcerias será importante para a aposta que queremos fazer na promoção de Sintra, especialmente no setor turístico. É esta abertura ao mundo de que falei na campanha eleitoral e que desenvolveremos em todos os setores do nosso concelho.

Fundada em 1993, a OCPM reúne as 254 cidades com locais inscritos na lista do Património Mundial da UNESCO. Dentro desta organização não-governamental, estas cidades são representadas pelos presidentes das respetivas Câmaras Municipais, contando também com a participação de especialistas em gestão do património.

A OCPM é a única plataforma internacional que permite o intercâmbio de conhecimentos e a discussão de questões de interesse mútuo às várias

idades e respetivos intervenientes. Cada cidade membro representa um valor patrimonial distintivo para a Organização.

Para desenvolver as atividades, a OCPM tem como associadas entidades como o Centro de Património Mundial da UNESCO, o Conselho da Europa, o Getty Conservation Institute, o ICOMOS, o ICCROM e o World Monuments Fund.

Coimbra, Porto, Évora, Elvas, Guimarães, Angra do Heroísmo e Sintra, são as cidades portuguesas que fazem parte da Organização das Cidades do Património Mundial e já reuniram connosco, em Sintra, para validar uma estratégia promocional comum.

## **REFORÇAR A IMAGEM INTERNACIONAL DE SINTRA**

---

Considero fundamental abrir ao Mundo o nosso concelho, dar a conhecer o enorme potencial das nossas terras, desde a zona rural à zona histórica, passando pelas áreas industriais e por serviços que representam cerca de 4% do nosso PIB.

Daí, temos vindo a apostar no reforço dos contactos com vários parceiros internacionais, ao nível de embaixadores e dos comités da União Europeia. Já reuni com o embaixador da República Popular da China e recebi os embaixadores da Polónia, da República Islâmica do Irão, da Inglaterra, de Singapura e do Paraguai.

São reuniões importantes onde abordamos questões económicas, da atração de investimento e de internacionalização de empresas de Sintra.

A promoção da internacionalização de empresas sediadas no concelho faz parte integrante da estratégia de reforço da imagem internacional de Sintra. Janeiro e fevereiro foram meses fundamentais para preparar uma missão empresarial à Expocenter de Moscovo, na Rússia.

Esta missão empresarial viria a contar com a presença de 16 empresas de Sintra, estando enquadrada na iniciativa Portugal Investe, entre 31 de março e 4 de abril, onde Sintra teve um *stand* dos mais bem organizados e concorridos da exposição.

Com esta iniciativa, a autarquia - em parceria com a Consultan - pretende estabelecer ligação entre empresários sediados em Sintra e empresários e agentes económicos russos.

Esta missão empresarial, onde estão representadas empresas de vários setores de atividade económica, resulta de um quadro de novas orientações estratégicas de promoção de missões empresariais dirigidas à internacionalização da economia.

## **HOTEL NETTO**

---

A Câmara Municipal de Sintra decidiu, a 26 de novembro, exercer o direito de preferência na aquisição do Hotel Netto, edifício do século XIX, adjacente ao Palácio Nacional no centro histórico da vila, que se encontra em ruínas.

Esta decisão tem um óbvio significado político. Em primeiro lugar, exprime a confiança da Câmara no investimento turístico, comportamento este que

se pretende que seja seguido por outros investidores. Em segundo lugar, tem o óbvio significado da presença da Câmara no Centro da Vila Histórica, não abdicando das suas competências da requalificação desta jóia do nosso concelho.

Considerado um símbolo da “Sintra Romântica”, o Hotel Netto será uma unidade hoteleira capaz de servir várias clientelas, desde as famílias, aos grupos de jovens, até aos que pretendam usufruir de excelentes suites a um preço competitivo.

Tratou-se de uma compra por 600 mil euros, valor inferior à avaliação oficial, e que implicará um investimento de 1 milhão e 700 mil euros, sendo que metade dessa importância será financiada por fundos comunitários.

Neste momento encontra-se finalizada toda a fase de projeto, incluído os projetos de pormenor, pelo que se conta lançar o concurso de exploração durante os próximos meses por forma as obras se iniciarem durante o último trimestre do corrente ano,

## **HPEM E TRATOLIXO**

---

Desde o início do mandato que a TratoLixo e HPEM estiveram no centro das minhas preocupações.

Neste momento, encontra-se em adiantado estado de concretização a negociação da dívida da TratoLixo, sendo que, tem sido Sintra a conduzir as respetivas negociações.

Igualmente, está a decorrer a negociação da dívida da HPEM para com os fornecedores de serviços, fundamentalmente a SUMA e a Ecoambiente.

Por outro lado, foram tomadas iniciativas para corrigir as irregularidades detetadas, e que muito prejudicaram a empresa, tendo a nova administração, logo que tomou posse, solicitado ao Tribunal de Contas uma auditoria, e comunicado à Inspeção Geral de Finanças a situação que encontrou.

## **LOJAS DO CIDADÃO**

---

O concelho de Sintra vai passar a dispor de uma rede de Espaços/Lojas do Cidadão. O objetivo foi consensualizado numa reunião que se realizou em Sintra, a 27 de dezembro, com o secretário de Estado para a Modernização Administrativa, Joaquim Cardoso da Costa.

O primeiro Espaço do Cidadão do concelho de Sintra foi inaugurado em março e funciona com seis balcões de atendimento de serviços municipais, serviços da administração central e ainda os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS).

O espaço na Vila de Sintra integra o Projeto-Piloto da Secretaria de Estado para a Modernização Administrativa. Este é o primeiro Espaço do Cidadão inaugurado no país. Esta é a cara da nossa Câmara, atuante e sempre pronta a servir da melhor forma os nossos munícipes.

Para Sintra estão ainda previstas a instalação de mais três Espaços do Cidadão (Rio de Mouro, Massamá/Monte Abraão e Pêro

Pinheiro/Montelavar/Almargem do Bispo) e três Lojas do Cidadão, com maior capacidade (Cacém, Queluz e Algueirão-Mem Martins).

## **ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU)**

---

O executivo da Câmara Municipal de Sintra no início de março, aprovou por unanimidade, a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico, que abrange a vila, Estefânea e São Pedro de Penaferrim.

Esta medida visa criar um ambiente propício à reabilitação urbana de uma área de cerca de 180 hectares onde se encontram 1800 edifícios.

A autarquia prevê gastar 12 milhões de euros nos próximos 12 anos e é esperado que o investimento de privados na reabilitação de edifícios supere os 120 milhões.

O investimento global deverá aproximar-se dos 200 milhões de euros em requalificação de edifícios privados e públicos e do espaço público, numa intervenção que também contemplará a renovação de infraestruturas, tais como drenagem de águas pluviais, saneamento, iluminação, trânsito e mobilidade.

Os proprietários que realizarem obras de requalificação ficarão isentos, durante cinco anos, de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e outros impostos e taxas municipais.

Os eixos estratégicos da ARU passam pelo reforço e modernização das infraestruturas, estruturação viária e criação de estacionamento, estruturação e articulação dos transportes públicos, requalificação do espaço público e reabilitação e reconversão do património construído.

O objetivo do município é tornar o Centro Histórico mais atrativo quer aos turistas quer a futuros moradores. Pretendemos promover o arrendamento jovem e melhorar os muitos edifícios que estão degradados e abandonados. Assim, está prevista a criação de uma bolsa para arrendamento através do Programa Reabilitar para Arrendar, destinado a garantir a estabilização de preços.

Este é um processo que começou neste mandato e que se espera que prolongue durante doze anos.

## **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**

---

As juntas de freguesia do concelho assinaram já durante o mês de março os protocolos de Delegação de Competências para a Gestão e Conservação do Espaço Público.

Com a assinatura destes protocolos, a Câmara Municipal de Sintra delegou competências às 11 juntas de freguesia, num valor superior a 6 milhões de euros.

A delegação de competências consiste na gestão e conservação de zonas verdes e espaços ajardinados (4,6 milhões); conservação e manutenção de vias (1 milhão); gestão, conservação e manutenção de

espaços de jogo e recreio - parques infantis – (455 mil euros); e gestão, conservação e manutenção de recintos desportivos descobertos (96 mil euros).

Considero que o conjunto das freguesias faz a Câmara Municipal. O contacto direto com os presidentes das juntas é sempre bom para o município. Esta proximidade tem sido uma das marcas deste mandato.